

Conhecimento de medicamentos fitoterápicos por profissionais de saúde em uma UBS em Campina da Lagoa-PR

Nicolý Aparecida Colman, Farmácia, Centro Universitário Integrado, Brasil, nicolý.colman@grupointegrado.br

Stephanie Ávila Queiroz, Farmácia, Centro Universitário Integrado, Brasil, stephanie.queiroz@grupointegrado.br

Renan Alberto Marim, Centro Universitário Integrado, Brasil, renan.marim@grupointegrado.br

RESUMO

O uso de fitoterápicos ainda é limitado, principalmente devido à falta de conhecimento entre profissionais de saúde e pacientes. A ausência de orientação adequada por parte dos profissionais representa uma das principais causas da baixa utilização desses medicamentos, evidenciando um déficit de conhecimento na área da fitoterapia, que poderia fornecer alternativas terapêuticas seguras e eficazes. Este estudo teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento sobre fitoterápicos entre os profissionais de saúde que atuam na Unidade Básica de Saúde (UBS) de Campina da Lagoa, Paraná. A pesquisa desenvolveu um delineamento observacional transversal, com a participação de 52 profissionais da UBS, que responderam a um questionário elaborado na plataforma Google Docs. O questionário abrangeu questões sobre o uso de fitoterápicos, além de coleta de dados sociodemográficos como idade, gênero, estado civil e escolaridade. Os dados foram analisados por meio do software Microsoft Excel 2023, gerando gráficos e tabelas descritivas. Os resultados indicaram que 65,4% dos participantes eram mulheres, com idades entre 25 e 34 anos, majoritariamente solteiras, brancas e com ensino superior completo. A maioria das reportagens já teve uso de fitoterápicos, porém a falta de conhecimento aprofundado ainda se mostrou uma entrada significativa para sua recomendação e uso. Os dados reforçam a necessidade de capacitação contínua dos profissionais de saúde quanto ao uso seguro e eficaz dos fitoterápicos. Além disso, conclui-se que é fundamental promover a integração desses medicamentos ao Sistema Único de Saúde (SUS), facilitando seu acesso à população.

Palavras-chave: Fitoterápicos, Saúde pública, Profissionais de saúde, Fitoterapia no SUS.

ABSTRACT

Summary (in ingles): The use of herbal medicines is still limited, mainly due to a lack of knowledge among health professionals and patients. The lack of adequate guidance from professionals represents one of the main causes of the low use of these medicines, highlighting a lack of knowledge in the area of phytotherapy, which could provide safe and effective therapeutic alternatives. This study aimed to evaluate the level of knowledge about herbal medicines among health professionals working in the Basic Health Unit (UBS) of Campina da Lagoa, Paraná. The research developed a cross-sectional observational design, with the participation of 52 UBS professionals, who responded to a questionnaire prepared on the Google Docs platform. The questionnaire covers questions about the use of herbal medicines, in addition to collecting sociodemographic data such as age, gender, marital status and education. The data were analyzed using Microsoft Excel 2023 software,

generating graphs and descriptive tables. The results indicated that 65.4% of participants were women, aged between 25 and 34 years old, mostly single, white and with completed higher education. Most reports have already used herbal medicines, but the lack of in-depth knowledge still proved to be a significant input for their recommendation and use. The data reinforces the need for continuous training of health professionals regarding the safe and effective use of herbal medicines. Furthermore, it is concluded that it is essential to promote the integration of these medicines into the Unified Health System (SUS), facilitating their access to the population.

Keywords: Herbal medicines, Public health, Health professionals, Phytotherapy in the SUS.

INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre plantas medicinais é uma parte fundamental da sabedoria acumulada pelas sociedades humanas, desempenhando um papel essencial na sobrevivência e adaptação ao meio ambiente. Tradicionalmente transmitido de geração em geração e documentado em diversos tratados de fitoterapia, esse conhecimento é crucial para a preservação de métodos terapêuticos naturais (Correa Junior, 1991). Desde então, o uso de plantas para tratamento de doenças, controle de sintomas e controle de pragas tem sido uma prática globalmente reconhecida e continuada (Cunha, 2004).

Em 2006, o Brasil circulou a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto nº 5.813) e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) por meio da Portaria GM/MS nº 971. Essas políticas visam regulamentar e promover o uso de plantas medicinais e integrativas, incluindo, entre as diversas áreas, a Fitoterapia e Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura. A implementação da PNPIC gerou um debate sobre a integração da fitoterapia no SUS, destacando diferentes perspectivas sobre sua aplicação e eficácia (Figueiredo; Gurgel; Gurgel Junior, 2024).

Em diversas comunidades e culturas, as plantas medicinais são frequentemente o único recurso terapêutico disponível, e sua ampla comercialização nos mercados, feiras e até em quintais residenciais contribui para seu uso divulgado. No entanto, a crença equivocada de que as plantas medicinais são sempre seguras por serem naturais, juntamente com a ampla divulgação desses produtos pela mídia, tem levado ao aumento do consumo. Um problema significativo é que muitos usuários de plantas medicinais não informam seus médicos sobre seu uso, o que pode resultar em riscos devido às interações medicamentosas e aos possíveis erros de diagnóstico, uma vez que as interações entre medicamentos e plantas podem impactar a eficácia dos tratamentos e a saúde do paciente (Veiga et al., 2005)

O uso inadequado de fitoterápicos e drogas vegetais resulta em distúrbios graves, mesmo que tais substâncias apresentem baixa toxicidade. Esse risco pode ser amplificado quando os pacientes apresentam fatores de risco preexistentes ou utilizam outros medicamentos simultaneamente. Interações medicamentosas podem levar a efeitos adversos e comprometer a eficácia dos tratamentos. Assim, é fundamental que os pacientes informem seus médicos sobre o uso de fitoterápicos para garantir a segurança e a eficácia do tratamento (Maia et al., 2011).

SIMPAPAR

Simposio de Pesquisa, Extensao e Inovacao do Parana

Realizacao



Nucleo de
Empreendedorismo,
Pesquisa e Extensao
Integrado

Apoio



FUNDACAO
ARAUCARIA
Apoio ao Desenvolvimento Cientifico
e Tecnologico do Parana

O aproveitamento eficaz dos principios ativos dessas plantas depende de metodos adequados de preparo, que devem ser ajustados conforme a parte da planta utilizada e a condicao a ser tratada. Embora fitoterapicos geralmente causem poucos efeitos colaterais quando usados corretamente, problemas podem ocorrer devido a praticas prejudiciais. Os efeitos adversos sao frequentemente atribuidos a falhas como identificacao incorreta das plantas, falta de padronizacao, tecnicas deficientes de processamento, contaminacao, substituicao e adulteracao de plantas, alem de erros na preparacao e dosagem. A atencao a essas questoes e crucial para garantir a seguranga e a eficacia dos tratamentos fitoterapicos (Calixto, 2000).

A utilizacao de plantas medicinais ou medicamentos fitoterapicos ainda e limitada, em grande parte devido a falta de conhecimento tanto dos profissionais de saude quanto dos pacientes. Esse cenario reflete um deficit de conhecimento na area da fitoterapia, que poderia fornecer a populacao recursos terapeuticos eficazes e acessiveis com maior seguranga. O aumento da formacao e conscientizacao dos profissionais de saude sobre fitoterapia e crucial para melhorar o acesso e a utilizacao segura desses tratamentos (Silva, 2012; Santos, 2012). Diante do exposto, este estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento sobre fitoterapicos entre os profissionais da area da saude de uma UBS localizada na cidade de Campina da Lagoa-PR.

METODO

Este estudo observacional transversal foi aprovado pelo Comite de Etica em Pesquisa sob o numero CAAE 78218124.5.0000.0092. A pesquisa foi realizada por meio de um questionario elaborado na plataforma Google Docs, aplicado a profissionais das Unidades Basicas de Saude (UBS) de Campina da Lagoa, Parana. O questionario abordou o conhecimento sobre medicamentos fitoterapicos, com seguintes perguntas: Uso de plantas medicinais pelos trabalhadores, medicamentos alopaticos versus fitoterapicos, a insercao de plantas medicinais e medicamentos no SUS, conhecimento dos medicamentos fitoterapicos na formacao academica, eficacia dos medicamentos fitoterapicos e incluiu tambem a coleta de dados sociodemograficos, como idade, genero, estado civil e etnia, permitindo a estratificacao da amostra.

Após a coleta de dados, os resultados foram analisados e tabulados utilizando o software Microsoft Excel 2023, onde foram gerados graficos e tabelas. Os dados foram, entao, interpretados a luz da literatura existente, a fim de discutir os achados no contexto do conhecimento atual sobre o uso de fitoterapicos.

RESULTADO E DISCUSSAO

Participaram da pesquisa 52 individuos, sendo a maioria composta pelo publico feminino (65,4%), com media de idade entre 25 e 34 anos, e a maior parte composta por pessoas brancas, solteiras e com ensino superior completo.

Na Tabela 01, está representada a função exercida pelos trabalhadores da UBS que participaram da pesquisa.

Tabela 1 – Quantidade de funcionários e o cargo ao qual ocupam.

Cargo funcional	Quantidade	Porcentagem
Enfermeiros	9	17,3%
Farmacêuticos	7	13,5%
Médicos	7	13,5%
Agente de saúde	6	11,5%
Técnicos de enfermagem	5	9,6%
Nutricionistas	4	7,7%
Psicólogos	3	5,8%
Recepcionistas	2	3,8%
Auxiliar de serviços gerais	2	3,8%
Motoristas	1	1,9%
Assistente administrativos	1	1,9%
Biomédicos	1	1,9%
Agentes de endemias	1	1,9%
Auxiliar	1	1,9%
Auxiliar de dentista	1	1,9%

Cargo funcional	Quantidade	Porcentagem
Dentistas	1	1,9%

Uso de plantas medicinais pelos trabalhadores

Os colaboradores foram questionados se já utilizaram algum tipo de medicamento fitoterápico (figura 1), e 78,8% afirmaram ter utilizado pelo menos uma vez. Contudo, aproximadamente 21,2% relataram que não utilizam ou não sabiam informar se já haviam usado algum tipo de fitoterápico.

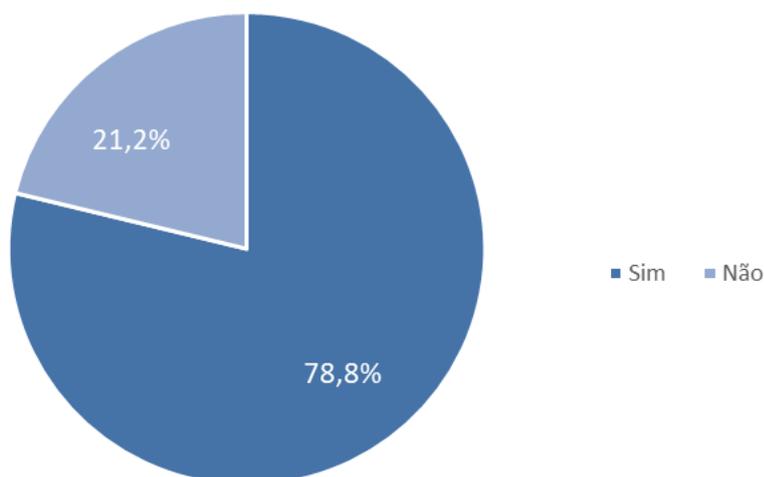


Figura 1: Estimativa da utilização de medicamentos fitoterápicos pelos profissionais da saúde da UBS de Campina da Lagoa, no Paraná.

A utilização de medicamentos fitoterápicos tem aumentado com o passar dos anos e o estudo realizado por Ferreira Júnior e colaboradores (2017) demonstra essa afirmação, ao qual apresenta que os idosos têm utilizado cada vez mais esses tipos de medicamentos, na prevenção de doenças, aumento da imunidade e principalmente como calmantes. Ainda, um estudo realizado no Centro Universitário do Sul de Minas – Varginha/MG, apresentou que 93% dos universitários e colaboradores utilizam ou já utilizaram plantas medicinais em algum momento (Figueiredo; Paiva, 2020). Além disso, em uma pesquisa realizada em Volta Redonda e Barra Mansa/RJ, apontou que 70% dos entrevistados utilizaram fitoterápicos, sendo a sua maioria composta pelo público feminino (68%). Por fim, observa-se que tanto neste estudo quanto nos dois estudos apresentados, o público feminino tem sido mais representado no uso de medicamentos fitoterápicos, possivelmente devido à responsabilidade pelos cuidados de saúde da família (Oliveira, 2010).

Em uma pesquisa realizada em Teresina/PI, na Atenção Básica, constatou-se que 79,4% dos profissionais de saúde já utilizavam plantas ou medicamentos fitoterápicos. A maioria obteve informações sobre fitoterapia a partir de fontes informais, como parentes, amigos e usuários do SUS (Fontenele et al., 2013). Resultados semelhantes foram encontrados em uma pesquisa com médicos no Rio Grande do Sul, onde 77,8% também relataram o uso pessoal de fitoterápicos (Rosa et al., 2011). Esses dados evidenciam uma tendência crescente no uso de fitoterápicos (Martinazzo et al., 2015).

Medicamentos alopáticos versus fitoterápicos.

O estudo aponta (figura 2) que 63,5% dos colaboradores conhecem a diferença entre medicamentos alopáticos e fitoterápicos, enquanto 36,5% ainda não têm essa compreensão.

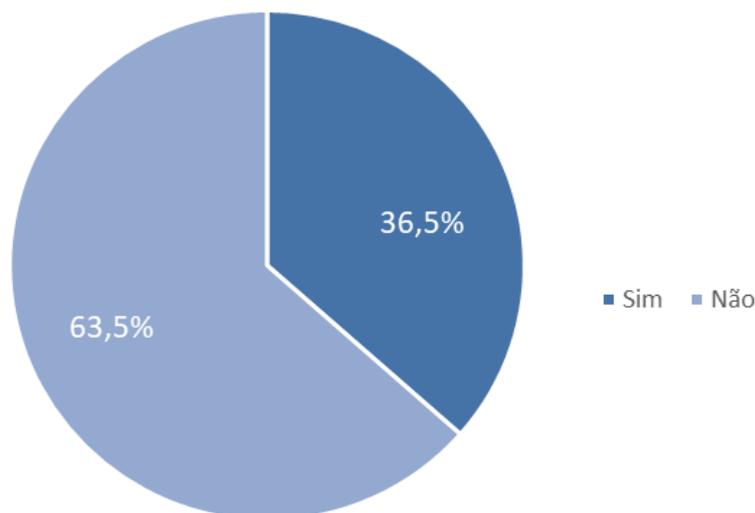


Figura 2: O gráfico apresenta se os colaboradores sabem a diferença entre medicamentos alopáticos e fitoterápicos.

Vale ressaltar que a principal distinção entre medicamentos fitoterápicos e alopáticos está na sua origem e abordagem terapêutica. Medicamentos fitoterápicos são derivados de plantas e frequentemente proporcionam efeitos mais abrangentes e gerais, enquanto medicamentos alopáticos são constituídos por substâncias químicas específicas, bem definidas e rigorosamente regulamentadas. Ambos os tipos de medicamentos apresentam vantagens e limitações distintas, e a escolha entre eles deve considerar as necessidades individuais, a condição a ser tratada e a orientação profissional (Sutherland, 2010).

Ainda que muitos tendem a desacreditar na eficácia dos medicamentos fitoterápicos, por acreditarem que são utilizados apenas por partes da planta, esses medicamentos apresentam seus efeitos farmacológicos comprovados e estão de acordo com as legislações. Muitas pessoas tendem a utilizar plantas medicinais in natura e sem orientação médica, o que aumenta os riscos que determinadas

plantas podem apresentar, ainda que sejam mais acessíveis e de baixo custo para a população (Nicoletti et al., 2007).

Os medicamentos alopáticos são essenciais para a saúde, desempenhando um papel crucial na melhoria da qualidade e expectativa de vida (Arrais et al., 2005). Contudo, eles contêm substâncias ativas com propriedades terapêuticas cientificamente reconhecidas. O cuidado, no entanto, deve ser redobrado no uso de múltiplos medicamentos alopáticos, pois podem ocorrer interações indesejadas que interferem no quadro clínico do paciente (Rangel; Bragança, 2009; Badke, 2008).

É essencial considerar que tanto os medicamentos fitoterápicos quanto os alopáticos têm sua eficácia. Cada um oferece benefícios únicos e apresenta desafios específicos. A escolha ideal deve levar em conta as necessidades individuais e sempre ser feita sob orientação profissional, garantindo uma abordagem terapêutica mais eficaz e segura. (Sutherland, 2010).

A inserção de plantas medicinais e medicamentos no SUS.

Os colaboradores da UBS de Campina da Lagoa relataram (figura 3) que 42 (80,8%) apoiam a inserção dos fitoterápicos e plantas medicinais no SUS, enquanto 10 (19,2%) não apoiam.

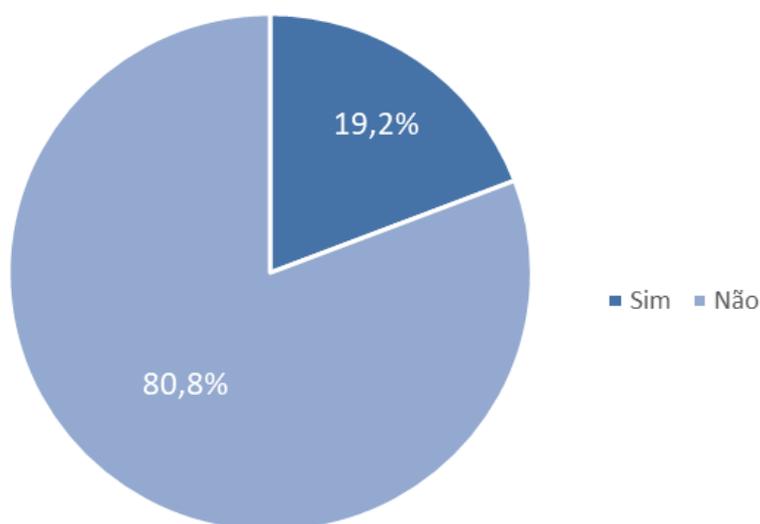


Figura 3: Opinião dos colaboradores sobre a inserção de medicamentos fitoterápicos no SUS.

Em nosso estudo uma parcela dos entrevistados não apoia a inserção de plantas medicinais no SUS, tal fato pode ser por falta de conhecimento acerca do apoio das políticas públicas para tal inserção (Ibiapina et al., 2014)

Na 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 1986, discutiu-se a integração de práticas tradicionais e alternativas no sistema de saúde brasileiro, sendo debatida principalmente a inclusão de práticas tradicionais de cura popular no

atendimento público de saúde (Brasil, 1986). Com a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição de 1988, ocorreram transformações que permitiram a adoção de práticas inovadoras na gestão da saúde. Entre essas inovações, destaca-se a inclusão de algumas medicinas não convencionais e práticas complementares nos serviços assistenciais oferecidos à população, como a fitoterapia (Pinheiro et al., 2003; Rosa et al., 2016).

Posteriormente, na 10ª Conferência Nacional de Saúde, em 1996, foi proposta a incorporação de terapias alternativas e práticas populares no SUS, com um foco específico em incentivar a fitoterapia e a homeopatia na assistência farmacêutica pública (Eidin; Dunford, 2001).

O uso de plantas medicinais tem se consolidado como uma ferramenta importante para profissionais de saúde, usuários, pesquisadores e gestores. O Ministério da Saúde do Brasil estabeleceu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS para integrar essas práticas no sistema público de saúde. Em 2009, foram lançadas a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, reforçando o suporte governamental para esses recursos naturais. Além disso, a Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse do SUS (RENISUS) inclui 71 plantas de relevância para o sistema de saúde (Brasil, 2009).

Diante disso, a fitoterapia, quando utilizada de forma adequada na atenção primária, oferece benefícios técnicos, desde que a prescrição não seja feita indiscriminadamente e os profissionais de saúde evitem a medicalização excessiva. A adoção de alternativas terapêuticas pode melhorar o atendimento da população no Sistema Único de Saúde (SUS), proporcionando novas opções de tratamento e prevenção, alinhadas com práticas de saúde mais integrativas (Leite, 2000).

Embora alguns não compreendam o motivo da inserção de medicamentos fitoterápicos ou o uso de plantas medicinais no SUS, a introdução de fitoterápicos pode se tornar uma solução eficaz para melhorar a disponibilidade de tratamentos e otimizar os recursos no sistema de saúde (Tomazzoni, 2004).

Conhecimento dos medicamentos fitoterápicos na formação acadêmica.

Com base nas respostas obtidas no questionário aplicado, os colaboradores da UBS informaram que 46,2% deles não receberam nenhum tipo de conhecimento ou treinamento, enquanto 53,8% receberam algum tipo de orientação ou informação durante a graduação (figura 4).

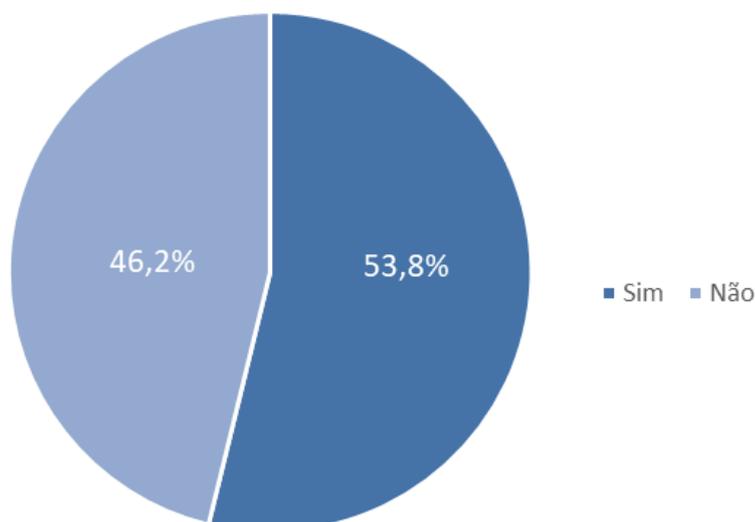


Figura 4: Relação dos colaboradores que tiveram, durante sua formação acadêmica, estudos relacionados a plantas medicinais ou medicamentos fitoterápicos.

Em especial, o conteúdo de fitoterapia que aborda tal temática é uma terapêutica integrativa bastante útil, pois oferece eficácia e baixo custo operacional no uso de plantas medicinais em programas de atenção primária à saúde, podendo suprir a escassez de medicamentos nos serviços de saúde (Ibiapina et al., 2014). Contudo, esse conteúdo é destinado a poucos cursos de graduação (Roza et al., 2019).

Feitosa e colaboradores (2016) realizaram um estudo sobre o interesse dos estudantes em incluir o conteúdo de fitoterapia nos cursos de graduação de medicina, enfermagem e odontologia, e um grande percentual manifestou-se favorável, apesar de não conhecer a eficácia e as indicações dessas práticas. Além disso, Kùlkamp e colaboradores (2007) demonstraram uma maior aceitação dos estudantes de medicina em relação ao tema das práticas não convencionais em saúde. Mais da metade dos participantes afirmou que recomendaria ou apoiaria o uso de práticas alternativas para seus pacientes, ressaltando a importância de incluir disciplinas sobre essas práticas na grade curricular dos cursos de graduação.

Diversas pesquisas confirmam que é necessário incluir o estudo de plantas medicinais e fitoterapia na formação em saúde. Além disso, elas destacam a importância de adotar novas abordagens didáticas para integrar esse tema e implementar a Política Nacional de Fitoterapia (Martins, 2018).

Esses dados destacam a importância de incorporar esse conteúdo na formação acadêmica, considerando que profissionais de saúde com conhecimento científico adequado estarão mais capacitados para lidar com o uso de plantas medicinais e avaliar os níveis de seus princípios ativos, permitindo a aplicação da medicina alternativa na assistência à saúde (Veiga Junior, 2008).

Vale ressaltar que nem todos os colaboradores da UBS que participaram deste estudo apresentaram formação acadêmica ou tiveram algum conteúdo sobre

fitoterapia durante sua formação, o que explica o número aproximado de 54% em nosso estudo.

Apesar da inclusão e do fortalecimento da fitoterapia na atenção primária, especialmente através das políticas públicas do SUS, ainda não há garantias efetivas de que a população tenha acesso a fármacos eficazes e seguros. Isso ocorre porque a implementação da fitoterapia no SUS ainda enfrenta resistência tanto por parte de profissionais quanto de gestores de saúde (Santos, 2011; Couto, 2018; Monte, 2021).

Eficácia dos medicamentos fitoterápicos

De acordo com a pesquisa, o gráfico 05 apresenta sobre a eficácia de medicamentos fitoterápicos, ao qual 82,7% dos profissionais acreditam na eficácia dos fitoterápicos, enquanto 17,3% não acreditam.

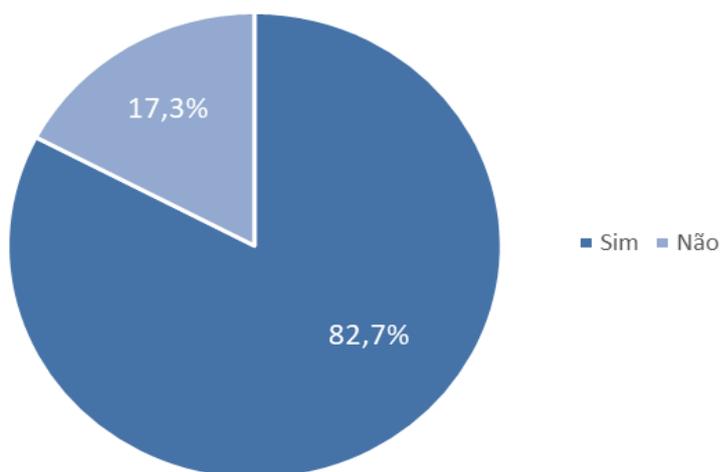


Figura 5: Resultados dos colaboradores quanto à crença na eficácia dos medicamentos fitoterápicos.

A Resolução nº 17/2000 estabeleceu critérios para comprovar a segurança e eficácia dos fitoterápicos. Além dos estudos clínicos e farmacológicos, a legislação introduziu o conceito de medicamento fitoterápico tradicional, permitindo que a comprovação de segurança e eficácia fosse feita por meio de levantamentos bibliográficos que mostrassem o uso seguro das substâncias por um período igual ou superior a dez anos (Oshiro et al., 2016).

Em 2006, com a publicação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), foi lançada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF). Esta política promoveu a criação de programas, projetos e atividades que aplicassem as experiências de fitoterapia já desenvolvidas na rede pública de vários municípios e estados brasileiros. O objetivo foi garantir o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos em todo o país, estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e inovações, e fortalecer a cadeia produtiva de fitoterápicos, incluindo cultivo, manipulação, fabricação e

comercialização, por meio do uso sustentável da biodiversidade brasileira (Oshiro et al., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que o conhecimento sobre fitoterápicos entre os profissionais de saúde da Unidade Básica de Saúde de Campina da Lagoa, Paraná, ainda é limitado. A falta de capacitação e de orientação adequada sobre o uso de medicamentos fitoterápicos é um dos fatores que contribuem para a baixa utilização desses tratamentos, tanto por parte dos profissionais quanto dos pacientes. Os resultados evidenciaram que, embora a maioria dos participantes já tenha utilizado fitoterápicos, muitos ainda não possuem informações suficientes para recomendar seu uso de forma segura e eficaz.

A conscientização sobre o uso de plantas medicinais e fitoterápicos no contexto da saúde pública, especialmente no âmbito do SUS, é fundamental para garantir que esses recursos sejam usados de maneira apropriada e integrada aos demais tratamentos convencionais. Políticas públicas que incentivem a formação continuada dos profissionais e a inclusão de conteúdos sobre fitoterapia nos cursos de graduação em saúde podem contribuir para a ampliação do acesso a essas práticas, proporcionando tratamentos mais acessíveis e complementares à população. Assim, a inclusão de fitoterápicos no sistema público de saúde, juntamente com a formação de profissionais, mostra-se uma estratégia viável para a promoção de saúde de forma mais ampla e eficaz.

AGRADECIMENTOS

Nós, Stephanie Avila Queiroz e Nicolý Aparecida Colman, gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão a algumas pessoas que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Primeiramente, agradecemos a Deus, cuja luz e força nos acompanhou em cada passo desta jornada. Sua presença foi essencial, confortamos serenidade.

Queremos também expressar nossa gratidão ao nosso orientador, Professor Renan Alberto Marim. Sua orientação cuidadosa, críticas construtivas e sabedoria foram fundamentais para o desenvolvimento deste TCC. Agradecemos por estar sempre disponível para nos guiar e compartilhar seu vasto conhecimento, que nos ajudou a aprimorar nossas ideias e a alcançar nosso objetivo.

Aos nossos pais, um agradecimento especial pelo amor incondicional, apoio constante e encorajamento em todas as fases de nossas vidas. Vocês foram nossa maior fonte de inspiração e motivação. Obrigado por acreditarem em nós e por nos ensinar a importância da perseverança.

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão ao Centro Universitário Integrado. Esta instituição foi um pilar fundamental em nossa jornada acadêmica, proporcionando um ambiente acolhedor e inspirador. Agradecemos a todos os

SIMPAPAR

Simpósio de Pesquisa, Extensão e Inovação do Paraná

Realização



Núcleo de
Empreendedorismo,
Pesquisa e Extensão
Integrado

Apoio



FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

professores e colaboradores, cuja dedicação e paixão pelo ensino nos motivaram a buscar sempre o melhor. Cada aprendizado aqui adquirido será levado conosco para toda a vida. É com muito carinho que reconhecemos o papel essencial que o Centro Universitário Integrado teve na nossa formação. Estamos imensamente gratos por fazer parte desta comunidade tão especial.

Por fim, agradecemos aos profissionais da UBS de Campina da Lagoa, cuja colaboração foi essencial.

Finalizamos nossos agradecimentos reforçando que cada um de vocês contribuiu de maneira significativa para a nossa jornada. Levaremos conosco as lições aprendidas, o apoio recebido e as memórias construídas ao longo deste percurso. Com gratidão no coração, seguimos em frente, inspiradas e motivadas a aplicar tudo o que aprendemos. Obrigado a todos que fizeram parte dessa trajetória!

REFERÊNCIAS

Arrais, PSD e outros. Prevalência e fatores determinantes do consumo de medicamentos no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(6): 1737-1746, 2005.

Badke, MR **Conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais e o cuidado de enfermagem** [Dissertação]. Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Boletim da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: MS, 1986.

Brasil. Ministério da Saúde. **Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. RENISUS - Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS**, 2009.

Calixto, JB Eficácia, segurança, controle de qualidade, marketing e diretrizes regulatórias para medicamentos fitoterápicos (agentes fitoterápicos). **Revista Brasileira de Pesquisa Médica e Biológica**, 33(2): 179–189, 2000.

Correa Junior, C.; Scheffer, **MC Sob Informa**, p. 9, 23, 1991.

Figueiredo, CA de; Gurgel, IGD; Gurgel Junior, GD A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 24(2): 381–400, 2014.

Figueiredo, L. B.; Paiva, PMH Levantamento sobre a utilização de plantas medicinais por universitários e colaboradores do Centro Universitário do Sul de Minas – Varginha MG. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, 6(12): 101718–101735, 2020.

Ibiapina, RR de et al. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: um avanço ou retrocesso?**, 2014.

Maia, LF et al. Plantas medicinais e hipertensão. *Farmácia Revista*, pág. 24 a 25 de fevereiro a março de 2011.

Martinazzo, AP et al. **Perfil de Utilização de Fitoterápicos nos Municípios de Volta Redonda e Barra Mansa/RJ.** *Fiocruz.br*, 2015.

Martins R.; Pinto R.; Senna S.; Lima A.; Mota C.; Estruturação do espaço farmácia viva na Universidade. *Revista de Ciências da Saúde*, 30(1): 182-191, 2018.

Nicoletti, MA et al. Principais Interações no uso de medicamentos fitoterápicos. *Infarma*, Brasília, 19(1): 32-40, 2007.

Oliveira, G.L.; Oliveira, AFM; Andrade, LHC Plantas medicinais utilizadas na comunidade urbana de Muribeca, Nordeste do Brasil. *Acta Botânica Brasileira*, 24(2): 571-577, 2010.

Oshiro, A. et al. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS**, 2016.

Rangel, M.; Bragança, FCR Representações de gestantes sobre o uso de plantas medicinais. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, 11(1): 100-109, 2009.

Santos, M.M.; Nunes, MG; Martins, RD Uso empírico de plantas medicinais para tratamento de diabetes. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, Botucatu, 14(2): 327-334, 2012.

Silva, J. et al. Identificação botânica e química de espécies vegetais de uso popular no Rio Grande do Norte, Brasil. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, Botucatu, 14(3): 548-555, 2012.

Tomazzoni, MI **Subsídios para a introdução do uso de fitoterápicos na rede básica de saúde do Município de Cascavel/PR** [Dissertação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

Veiga, VFJ; Pinto, *AC Química Nova*, 25:273, 2002.

Veiga, VFJ et al. Plantas medicinais: cura segura. *Química Nova*, 28(3): 519-528, 2005.